

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata da 84ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora realizada aos sete dias do mês abril de dois mil e cinco às oito horas e quarenta e cinco minutos, deu-se início na sede do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social situado à rua Halfeld, 450 7º andar. O presidente Sr. Douglas Nunes Abreu agradeceu a presença de todos e comunicou que todas as entidades conveniadas e inscritas no Conselho foram convidadas dessa forma, abrindo espaço para sociedade civil. Comunicou ainda que na ata da reunião passada faltou uma folha e que na próxima plenária fara a leitura das duas atas. Dando prosseguimento passou para os informes, o primeiro foi comunicando que a mesa diretora tem se reunido toda semana, visando trabalhar, dois pontos que em momento oportuno, assim que as informações necessárias forem levantadas. São eles: Projeto de Lei do Vereador José Sóter de Figueirôa e o remanejamento de verbas do setor de creche para Casa Aberta. Sobre o primeiro a mesa diretora solicitou a DPS, ,que busque a legalidade na prefeitura e demais setores. E sobre o segundo realizamos consultas ao CEAS e CNAS para saber até que ponto deve ou não passar pela plenária. Sobre o processo da Usina de Picada informamos que ocorreu a contratação da A Social para Pirapetinga e Jacutinga que não tinham sido agraciadas apesar dos impactos causados. Aguardaremos o relatório da Assistente Social para apresentar a plenária. O CMAS-JF enviou relatório do setor de monitoramento e Avaliação com o parecer das Plano de Assistência Social executada pelo grupo Votorantin. O Conselho Estadual de Assistência Social enviou ofício dia 17 de março solicitando posição sobre a Política Assistencialista da Câmara Municipal de JF. A mesa diretora estará publicando em breve uma nota com sua posição em jornal local sobre o assunto e enviará cópia ao CEAS. Informamos ainda que toda decisão do Conselho sairá em resolução com o objetivo de dar maior transparência as ações do Conselho, a seguir solicitou que a segunda secretária Ana Cláudia Braga Giovannini lesse a resolução 003/2005 que trata da aprovação do Certificado de Inscrição do Conselho Central Santo Antônio que colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida a secretária leu a resolução 04/2005 que trata do cancelamento da entidade que trabalha com idoso – Lar de Idosos Santa Clara, o presidente comunicou que este Conselho junto com o Conselho Municipal do Idoso fez processo de avaliação e que a equipe de monitoramento deu parecer não favorável. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade o presidente comunicou que se por acaso a entidade se organizar poderá solicitar nova inscrição. A Cláudia Stumpf avisou que a entidade afirmou que não tem interesse em se adequar preferindo o fechamento. A Sra. Ana Paula Brandão Costa justificou seu atraso e solicitou assinar o livro de presença. O presidente solicitou a secretária executiva o que reza no regimento com relação ao pedido, e informou que a Comissão de Avaliação já está discutindo a alteração do regimento. Prosseguindo o presidente avisou que recebeu um ofício da SEDESE comunicando sobre o Seminário Regional que acontecerá no dia 12 de abril das 8 às 18 horas no prédio do Banco do Brasil e que as inscrições deverão ser feitas pelo telefone 3239-9301. Continuando o presidente passou para os assuntos da pauta, primeiramente, falou-se sobre o repasse do governo federal que ainda não aconteceu e que estava sendo aguardado para o mês de janeiro de 2005 e ainda sem aumento da renda per capita. Sr. Mauro da Creche Arco Iris disse que procurou o Conselho para pedir apoio com relação ao fato, continuando disse que ano passado aconteceu um reajuste municipal, mas não federal e que enquanto as entidades são fiscalizadas o governo não é, e que as portarias dificultam a utilização da verba para compra de mercadorias, sugeriu que as portarias sejam revistas e que as entidades se organizem para crescer nesse processo de cobrança junto ao governo federal. Foi questionado sobre qual o caminho a seguir, administrativo político para fazer pressão em Brasília. Sr. Mário Albino explicou que as portarias são estaduais e que há uma interpretação errada das portarias que não conferem com a lei, e que a verba enviada para as entidades é quase toda aplicada na folha de pagamento, e não existe a possibilidade de usa-la para outros fins. E que não se pode realizar pagamento no sistema eletrônico, somente em cheque. A Sra. Mara que quando da prestação de contas as vezes, acontece de ferir a contabilidade, pois os documentos originais devem ser encaminhados para prefeitura e quando da fiscalização as entidades não possuem os documentos para apresentá-las ao fiscal e que as entidades ficam sem orientação. O Sr. Mário Albino explicou a forma do seu procedimento. A Cláudia Stumpf disse que tem aceitado todas essas justificativas que não usa de rigidez quando da auditoria, considera todas as explicações usando sempre de flexibilidade não havendo extravio de recurso e a verba tendo sido utilizada no instrumento devido, não ocorrerá nenhum complicador. Cláudia ainda citou sobre o repasse que as entidades recebem sendo R\$17,00 do governo federal e R\$55,00 do município, sendo que a prefeitura completa com R\$31,00 somando R\$48,60. O Sr. Mário Albino Martins sugeriu ações que ultrapassem o município que atinja os governos estadual e federal. O Sr. Arruda reafirma a necessidade de buscar outras instâncias no sentido de sensibilizá-las, que todas as entidades precisam unir forças para conseguir ajuda, solicitou que deixássemos registrado a situação das dificuldades que algumas creches apresentam e acrescentou que não devemos esperar por doações, mas que devemos sim pressionar o governo para cumprimento de sua responsabilidade. A Sra. Malu Schubert sugeriu que o CMAS prepare um documento solicitando revisão da portaria e, ainda, questionou sobre qual a atuação do Ministério Público nesse caso o presidente então questionou ao Sr. Arruda, que respondeu dizendo que o Ministério Público está sempre presente nas reuniões do CEAS e que o encaminhamento do pedido de revisão da portaria é favorável. Em relação a per capita a Sra. Ana Paula lembra

que está acontecendo a reformulação de financiamento, então devido a isso pode estar ocorrendo os atrasos por conta dos estudos da implantação do SUAS e que, estamos cientes do momento transitório. A Sra. Sandra Duque, comentou sobre a sua participação na reunião do Congemas em Curitiba e que ainda continuam as discussões sobre quais serão as atribuições do Ministério da Saúde e quais as da Assistência Social e que os participantes da “Reunião Descentralizada do Congemas” construíram um documento solicitando dos dirigentes rapidez nessas decisões e que através dos conselhos Municipais poderemos também cobrar atitudes mais rápidas. A Sra. Malu Schubert afirmou que todo avanço vem do esforço do Conselho e das entidades. Foi solicitado que o Conselho forme uma comissão com o governo estadual e junto com o promotor para que se façam cobranças numa esfera maior. O presidente sugeriu que a mídia também esteja nos dando apoio. Um membro da Comissão de Avaliação solicitou que os Conselhos Municipais de Assistência Social da região se reúnam para acionarem os órgãos competentes com o intuito de tratarem das questões referentes aos atrasos dos repasses, mas que não fosse criada muita expectativa, tendo em vista o processo de transição atual. O Sr. Mauro, da Creche Arco Iris e a Sra. Ana Cláudia, da Obras Sociais Bom Pastor são os representantes do CMAS/JF que estará nesse processo citado acima. O Sr. Orlando Manera do Abrigo Santa Helena, e, ainda, o Sr. Mário Albino Martins sendo representante desse Conselho no CEAS também participará das decisões que acontecerão nos dias e horários dos encontros da Comissão de Avaliação e, que o Ministério Público de Juiz de Fora também será acionado. O Sr. Mário Albino Martins sugeriu inclusive o nome do Sr. Oswaldo Luiz Felipe de Andrade que também participe, sendo ele o presidente da URCMAS, ainda, relatou que a participação popular aumentou nos últimos anos e conseqüentemente o crescimento em todos os sentidos. O Sr. Douglas avisou aos presentes que numa reunião anterior convidou a diretora da DPS para apresentar os programas e projetos sociais dessa administração, que contou com a participação de todos os gerentes e ainda com a superintendente da AMAC, e que nesse momento convidou todas as 104 entidades para que a sociedade civil esteja também participando das reuniões do Conselho, criando assim um novo marco do CMAS – JF. O Sr. Ananias do Grupo Semente declarou que ajudou a elaborar a Lei Municipal que implantou os Conselhos na cidade e descreveu sobre o histórico da evolução do CMAS e que como processo estão chegando num momento importante. O Sr. Arruda disse que o usuário não comparece as reuniões cabendo assim as entidades a responsabilidade de ampliar a participação aos usuários e também que devemos promover mais discussões sobre a NOB. A Sra. Tânia comunicou que as correspondências do Conselho e da AMAC estão chegando próxima das datas das reuniões e que talvez por esse motivo aconteceu hoje as ausências de algumas entidades. A Sra. Ana Paula informou que recebeu a convocação na data anterior e solicitou que o Conselho tenha mais cuidado nesse sentido e sugeriu ainda a criação de um jornal para socialização das informações. O Sr. Hamilton solicitou que o Conselho providencie uma relação com todos os nomes e endereços de todas as entidades. Sr. Mário explicou sobre o avanço do CMAS – JF e que é ciente da precariedade de outros conselhos, e as possíveis mudanças precisam vir de cada um membro. O vereador João do Joquinho, registrou a ausência do vereador José Sótter de Figueirôa Neto que mandou justificativa por escrito. O presidente disse estar satisfeito com a participação de todos e avisou que toda primeira quinta-feira de cada mês acontecem as reuniões ordinárias e citou ainda que no site do conselho que é www.cmas.pjf.mg.gov.br constam as atas das reuniões, pautas, textos informativos e ainda, as listas de todas as entidades. Solicitou que as entidades que não constarem nessa listagem deverão procurar a secretaria executiva e citou também que vamos criar um grupo de discussões nesse e-mail do que se é vinculado na página.. Entidades mandar e-mail – criação do boletim será providenciado a Comissão de Formação. A Conferência está em passo de evolução e está contando com a participação de todos para trazermos os usuários da Assistência Social nas reuniões do Conselho. Eu, Sérgio Luiz Mendes de Aguiar, assino a presente Ata com os demais conselheiros após lida e aprovada.